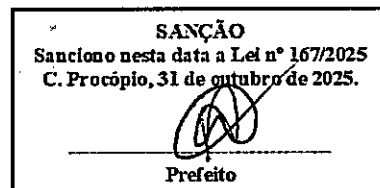




**LEI Nº 167/2025**  
**DATA: 31/10/2025**

**SÚMULA:** Dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Micropigmentação Reparadora da Aréola Mamária para mulheres mastectomizadas no Município de Cornélio Procopio, como diretriz de política pública de saúde, e dá outras providências.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CORNÉLIO PROCÓPIO**, Estado do Paraná, aprovou e eu, **RAPHAEL DIAS SAMPAIO**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:



**LEI:**

**Art. 1º**- Fica instituído, como diretriz de política pública de saúde do Município de Cornélio Procopio, o Programa Municipal de Micropigmentação Reparadora da Aréola Mamária, com a finalidade de promover ações voltadas ao atendimento gratuito de mulheres residentes no Município que tenham sido submetidas à mastectomia total ou parcial, decorrente de tratamento oncológico ou de outro motivo clínico devidamente justificado.

**§1º** A comprovação da residência no município se dará mediante inscrição ativa no Sistema Único de Saúde (SUS) local ou outro documento oficial.

**§2º** O programa tem como objetivo contribuir para a reconstrução da imagem corporal da mulher, resgatando sua autoestima, dignidade, qualidade de vida e bem-estar psicossocial.



**Art. 2º** - O Município envidará esforços para estimular a oferta do procedimento de micropigmentação reparadora, que consiste na técnica de introdução de pigmento na derme superficial, por meio de instrumentos apropriados, com o objetivo de reconstruir esteticamente a aréola mamária, sendo considerado procedimento complementar ao processo de reconstrução mamária.

**§1º** O procedimento observará, quando ofertado:

- I** – Laudo médico específico, emitido por profissional legalmente habilitado;
- II** – Conclusão do processo de cicatrização, respeitado o prazo mínimo indicado no prontuário médico;
- III** – Autorização da paciente por meio de termo de consentimento livre e esclarecido.

**§2º** Deverá ser assegurado o sigilo das informações médicas e a privacidade das pacientes, com respeito à sua intimidade e dignidade.

**Art. 3º** - O Programa poderá ser implementado por meio de iniciativas da rede pública municipal, ou em parceria com organizações da sociedade civil, clínicas especializadas ou profissionais legalmente habilitados, observada a legislação vigente.

**Parágrafo único.** A Secretaria Municipal de Saúde poderá manter cadastro público e atualizado de profissionais e entidades habilitados, com ampla divulgação em seus canais oficiais.

**Art. 4º** - O Programa observará as seguintes diretrizes:

- I** – definição de fluxos e protocolos de atendimento;
- II** – critérios sociais e clínicos para priorização das beneficiárias, com ênfase em situação de vulnerabilidade socioeconômica;
- III** – diretrizes técnicas da micropigmentação, em consonância com protocolos médicos e sanitários;
- IV** – mecanismos de controle, avaliação e fiscalização.

**Art. 5º** - A critério do Poder Executivo, poderão ser promovidas campanhas educativas, de orientação e divulgação sobre o direito à micropigmentação reparadora, a importância da reconstrução mamária e o apoio psicossocial às mulheres mastectomizadas;



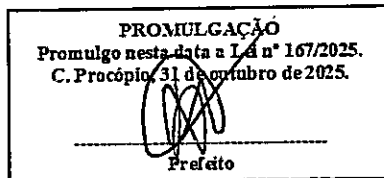
**Art. 6º** - A execução do Programa deverá priorizar a utilização de convênios, parcerias, termos de fomento ou colaboração, bem como transferências voluntárias de recursos da União, do Estado ou de entidades privadas, **não implicando, por si só, em aumento de despesa obrigatória para o Município.**

**Art. 7º** - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal, anualmente, relatório público consolidado contendo:

- I – número total de mulheres atendidas;
- II – lista de entidades conveniadas e valores repassados, quando houver;
- III – ações de divulgação realizadas;
- IV – avaliação dos resultados e impactos do programa;
- V – metas previstas para o exercício seguinte.

**Art. 8º** - Esta Lei não gera, por si só, despesas ou gastos obrigatórios ao Município, devendo sua aplicação ocorrer conforme o planejamento, a conveniência e a oportunidade do Poder Executivo, respeitadas as normas orçamentárias vigentes, traduzindo-se em norma programática e de diretriz de atuação.

**Art. 9º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Gabinete do Prefeito, 31 de outubro de 2025.

**Raphael Dias Sampaio**  
Prefeito

ROSAMARIA BORGES VIEIRA FERACIN Assinado de forma digital por ROSAMARIA BORGES VIEIRA FERACIN

**Rosamaria Borges Vieira Feracin**  
Procuradora Geral do Município

**Ana Paula Ferreira**  
Vereadora PRD – 25